



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 150338 - BA (2021/0217350-9)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**RECORRENTE** : MARIA DE CASSIA DE JESUS SILVA (PRESO)  
**ADVOGADO** : LEANDRO CERQUEIRA ROCHEDO - BA027472  
**RECORRIDO** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA  
**CORRÉU** : DIEGO DOS SANTOS OLIVEIRA

### DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por MARIA DE CASSIA DE JESUS SILVA contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA (HC n. 8036523-59.2021.8.05.0000).

A recorrente foi presa em flagrante e teve a custódia convertida em preventiva nos autos da ação penal em que foi pronunciada como incurso no art. 121, §2º, inciso I, do Código Penal, tendo sido indeferido o seu direito de apelar em liberdade (fl. 366).

Sustenta a ocorrência de constrangimento ilegal, tendo em vista que sua prisão preventiva foi mantida na sentença de pronúncia sem fundamentação idônea que a justificasse, reputando ausentes os requisitos autorizadores da medida extrema.

Afirma inexistir indícios suficientes que lhe apontem a autoria do delito pelo qual está sendo acusada.

Destaca que a sua manutenção no cárcere seria medida desproporcional na hipótese dos autos.

Aduz ser mãe de 2 crianças menores de 12 anos de idade, fazendo jus, portanto, à substituição do cárcere por recolhimento domiciliar, ou por outras providências cautelares alternativas previstas no art. 319 do Código de Processo Penal.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da sua prisão preventiva ou, subsidiariamente, a sua substituição por recolhimento domiciliar, expedindo-se o respectivo alvará de soltura.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Extrai-se da decisão impugnada:

*HABEAS CORPUS*. CRIME DE HOMICÍDIO QUALIFICADO. PACIENTE QUE TEVE NEGADO O DIREITO DE RECORRER EM LIBERDADE POR OCASIÃO DA DECISÃO DE PRONÚNCIA. DEVIDAMENTE DECISÃO FUNDAMENTADO. PACIENTE QUE PERMANECEU PRESA DURANTE O TODO O PROCESSO E QUE DETÉM HISTÓRICO DE PRÁTICAS CRIMINOSAS, RESPONDENDO A OUTRAS AÇÕES PENAIS E OSTENTANDO CONDENAÇÃO CRIMINAL PRÉVIA. INSUFICIÊNCIA DAS CAUTELARES DIVERSAS DA PRISÃO NO CASO EM ANÁLISE. IMPOSSIBILIDADE DE CONVERSÃO DO CÁRCERE EM PRISÃO DOMICILIAR, COM BASE NO ART. 318, V. EM QUE PESE COMPROVAR A MATERNIDADE DE DUAS CRIANÇAS MENORES DE DOZE ANOS, A PACIENTE NÃO SE ENQUADRA NAS HIPÓTESES PREVISTAS NOS ARTIGOS 318 E 318-A DO CPP, DADO TER SIDO DENUNCIADA E PRONUNCIADA PELA PRÁTICA DE CRIME COM VIOLÊNCIA À PESSOA, ALÉM DE HAVER INDÍCIOS DE QUE POSSUI VIDA VOLTADA A PRÁTICAS DELITUOSAS. PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DOS MENORES LEVADO EM CONSIDERAÇÃO. VIA INADEQUADA PARA A ANÁLISE DOS PEDIDOS REFERENTES À NULIDADE DO DEPOIMENTO DOS POLICIAIS NO CURSO DA INSTRUÇÃO CRIMINAL, À INSUFICIÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA DELITIVA E À AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA MOTIVAÇÃO ALEGADA NA EXORDIAL ACUSATÓRIA PARA A PRÁTICA DO CRIME. MATÉRIAS OBJETO DE RECURSO EM SENTIDO ESTRITO, JÁ REMETIDO A ESTE TRIBUNAL E QUE SERÁ JULGADO EM BREVE POR ESTA TURMA JULGADORA. ORDEM PARCIALMENTE CONHECIDA E DENEGADA, NESTA EXTENSÃO, EM HARMONIA COM O OPINATIVO. DA PROCURADORIA DE JUSTIÇA.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS  
Presidente